

## AS CIDADES LOCAIS NO TERCEIRO MUNDO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO "MAIS PEQUENO" NUM VIÉS MILTONIANO

Dhiego Antonio de Medeiros<sup>1</sup>  
Sidinei dos Santos Silva<sup>2</sup>  
Antonio Alfredo Teles de Carvalho<sup>3</sup>

### UMA NOTA INTRODUTÓRIA

Desde o terceiro decênio do século XX quando os mestres franceses chegaram ao Brasil para implantar os primeiros cursos de Geografia e História nas Universidades de São Paulo (FFCL - USP) e do Distrito Federal (UDF), a Geografia brasileira passou a ter a cidade como um dos seus temas mais evocados. Nessa perspectiva, é mister afirmar que a chegada de Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines foi um marco na Geografia no Brasil, pois, como assevera Azevedo (apud Abreu, 1994, p. 205) (...) passou a geografia a ser ensinada em nível superior, com o objetivo de formar bons professores para o magistério secundário e pesquisadores para o trabalho no campo.

Dentro desse contexto, com a institucionalização da Geografia no Brasil, a monografia urbana tornou-se o estudo-padrão de cidades feito pela geografia. Logo, o trabalho de Pierre Monbeig<sup>4</sup>, “*O Estudo Geográfico das Cidades*”, publicado originalmente na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo em 1941 aparece como paradigma na pesquisa geográfica urbana por ser o primeiro trabalho geográfico-acadêmico sobre o assunto no Brasil, servindo de inspiração para outros que vieram posteriormente.

---

<sup>1</sup> Aluno do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Bolsista do CNPq no Núcleo de Estudos Josué de Castro. Arapiraca – Brasil. E-mail: dhiego.medeiros@uneal.edu.br

<sup>2</sup> Aluno do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Integrante do Núcleo de Estudos Josué de Castro. Arapiraca – Brasil. E-mail: sidinei\_uneal@yahoo.com

<sup>3</sup> Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Arapiraca – Brasil. E-mail: alfredo.carvalho@uneal.edu.br

<sup>4</sup> A despeito dos méritos de Monbeig, alerta Abreu (1994, p. 208) para o fato de que a proposta apresentada pelo aludido autor em 1941 nada tinha de original, tendo em vista que há mais de quarenta anos vinham sendo elaboradas monografias urbanas na França e seguiam quase sempre o mesmo modelo que, já havia sido sistematizado a priori, por outros autores.

Não obstante, observa Abreu (1994, p. 204) que o verdadeiro introdutor da chamada escola francesa no país foi Carlos Delgado de Carvalho, sendo assim ao lado de outros, precursor da chamada “Geografia Moderna”. A propósito, como não falar do trabalho<sup>5</sup> pioneiro de Caio Prado Júnior, “*O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo*”, publicado pela primeira vez na lendária revista “Geografia” em 1935 que precede as próprias monografias urbanas instituídas pelos geógrafos franceses, bem como, os diversos estudos realizados por geógrafos estrangeiros, dentre eles: *Ouro Preto und Belo Horizonte: eine stadtgeographische Studie* (1925), de A. Haushofer; *Rio de Janeiro – Beitrag zur Geographie einer tropischen Grosstadt* (1931), de Otto Quelle; *Rio de Janeiro: and São Paulo* (1933), de Preston James; *Rio de Janeiro, une grande victoire urbaine* (1937), de Pierre Deffontaines e *Petrópolis, esquisse de Géographie urbaine* (1938), de Philippe Arbos.

Rumando nessa perspectiva, é lícito afirmar que já existia uma Geografia brasileira, ou, ao menos, um “saber geográfico” que vinha sendo desenvolvido antes mesmo da implantação dos Cursos de Geografia no país. Desse modo,

(...) a chegada dos mestres franceses, em meados da década de 30, ao invés de detonar um processo inteiramente novo, veio é dar impulso a um processo que já se havia iniciado nas décadas anteriores e que, tal qual havia ocorrido na Alemanha e na França do século XIX, teve sua origem nas pressões, estímulos e demandas provenientes do ensino médio (VLACH apud ABREU, 1994, p. 205).

Portanto, a chegada dos franceses ao Brasil, consistiu na consolidação de um processo, que foi o ensino da Geografia, agora em nível superior. Pois, cerca de duas décadas antes desse “evento”, haviam geógrafos como Delgado de Carvalho e outros, que travaram verdadeiras lutas contra o ensino descritivo e o saber enciclopédico que se perpetuavam nas escolas de ensino elementar e médio.

Em meio a todo esse contexto, chama à atenção os trabalhos<sup>6</sup> de Caio Prado Júnior (1935) e Pierre Monbeig (1941) que abriram caminhos para a afirmação de uma Geografia Urbana brasileira. Tais estudos recebem aqui, destaque pelos termos aplicados que são próprios da geografia urbana, como: pequena cidade, povoado, aglomeração, vila, metrópole, entre outros. A título de exemplo, vale destacar a

---

<sup>5</sup> Outro trabalho de considerável envergadura do mesmo autor, foi “*Nova Contribuição para o Estudo Geográfico da Cidade de São Paulo*”, publicado em 1941 nos *Estudos Brasileiros*.

<sup>6</sup> Não foi possível ter acesso a esses trabalhos nas fontes primárias pois, são de difícil acesso. Desse modo, as citações a seguir, correspondem aos trabalhos citados, só que numa outra publicação.

passagem a seguir, em que o geógrafo paulista, analisa a dinâmica das cidades que estão em torno de São Paulo para entender a localização da segunda maior cidade do país,

Os centros agrícolas de importância não se localizam nas suas proximidades e quem percorre os arredores da cidade, impressiona-se com a vida primitiva que aí domina. Todas as *pequenas cidades* ou *vilas* que a rodeiam não passam de *povoados* miseráveis e decadentes, (...) num raio de muitas dezenas de quilômetros, a região de São-Paulo é uma das mais primitivas e miseráveis do Estado (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 920).

No trecho adiante, o geógrafo francês aponta à necessidade de desenvolver estudos que venham medir as influências das pequenas cidades brasileiras, sobre os meios rurais, tendo em vista a carência de monografias urbanas desenvolvidas acerca do referido tema,

(...) a geografia urbana não se limita ao estudo das grandes capitais: cidades pequenas apresentam tanto interesse quanto as colmeias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo e o ritmo calmo de sua vida, do que analisar as rodas bem lubrificadas correndo a toda velocidade em metrópoles imponentes (MONBEIG, 1943, p. 9).

Trilhando nessa perspectiva, o ensaio ora apresentado busca fazer uma apreciação dos termos empregados para classificar aquelas cidades que se encontram na base da rede urbana, tanto no que diz respeito ao estudo de redes, quanto nos estudos direcionados para a cidade. Pois, convém não esquecer que desde o terceiro quartel do século XX, termos como: pequena cidade, cidade de pequeno porte, centro local, cidade local têm aparecido com frequência nos estudos de Geografia Urbana no Brasil.

Desse modo, buscar-se-á analisar e discutir os critérios utilizados para aplicação de cada termo, que comumente vem sendo aplicado nas últimas décadas, como também, analisar a aplicação do termo de cidade local, que há algum tempo vem sofrendo descompassadas interpretações.

## POR UMA CARACTERIZAÇÃO DO “MAIS PEQUENO”<sup>7</sup>

Para muitos geógrafos, há algum tempo, a escala tem sido um problema, certos da idéia de que, “quanto maior a área, mais complexo é o estudo”, com freqüência esses pesquisadores têm optado pelo pequeno lugar, que pode vir a ser, uma pequena cidade, um bairro, enfim, a proposta é de estudar o que é pequeno, “porque o mais pequeno é o mais fácil”. Assim, comprometendo o resultado da pesquisa científica, tendo em vista que logo surgem às distorções teóricas e metodológicas, resultando em análises e escolhas de categorias incompatíveis com a proposta do pesquisador. Logo,

(...) o mais pequeno, isto é, o menor, é o mais difícil. Porque qualquer fato e tudo o que se encontra no espaço total se explicam pelo movimento global da sociedade total – o Estado-Nação, conjunto que se torna efetivo através de um elenco múltiplo de processos de várias ordens: social, econômica, política, cultural, ideológica. Tanto mais a gente desce na escala geográfica e tanto maior é a seletividade e a expressividade das variáveis combinadas e assim o trabalho de achar a explicação é maior (SANTOS, 1980, p. 8).

Comungando com esse pressuposto, observa-se que sempre foi uma constante na Geografia Urbana brasileira a dificuldade em elaborar estudos que pudessem abrangar todas as cidades do país, sobretudo no que concerne a questão conceitual. Neste sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um órgão pioneiro em estudos sobre as cidades brasileiras. A propósito, no censo demográfico realizado em 2007 (IBGE), mais uma vez ficou evidente que a maior parte das 5.654 cidades brasileiras é formada de pequenas cidades. Considerando claro os critérios do próprio órgão que faz a contagem. Daí, a dificuldade que se tem para conceituá-las.

Ainda nesse sentido, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) desenvolveu uma metodologia para classificar as cidades brasileiras. No que diz respeito às pequenas cidades, esse órgão usou o termo “pequenos centros”, dividido-o em três grupos. A rigor, o critério utilizado foi o tamanho populacional, assim, os grupos foram formados da seguinte forma: primeiro grupo (cidades com até 10.000 habitantes); segundo grupo (cidades de 10.000 a 20.000 habitantes) e, por fim, o terceiro grupo (cidades com 20.000 a 50.000 habitantes).

---

<sup>7</sup> O termo *mais pequeno* foi empregado no sentido de *menor*, que é uma alusão a base da rede urbana. Tal expressão foi usada por Milton Santos no livro Espaço e Método, publicado em 1985.

Pensar o fenômeno urbano na perspectiva demográfica significa ignorar as particularidades de cada cidade, e, sobretudo, as pequenas que são maioria no Brasil e estão na base da rede urbana. Assim, considerar uma dada aglomeração como cidade através do número de habitantes como fizeram diversos países e as Nações Unidas é incorrer no perigo de uma generalização perigosa, pois, a análise num plano funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isto outro problema (SANTOS, 1979).

A Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas foi um estudo do IBGE publicado em 1972, que analisou a rede urbana brasileira medindo a centralidade urbana e classificava as cidades através da análise dos fluxos agrícolas e da distribuição de bens e serviços à economia e à população, considerando assim, o raio de influência<sup>8</sup>. Nesse estudo, foram propostos quatro centros: metrópole; centro regional; centro sub-regional e centro local, afora as pequenas localidades sem centralidade. Vale ressaltar, o papel dos centros locais, ofertavam serviços procurados no seu entorno (municípios vizinhos), como: serviço bancário, escolar, varejo comum, médico de clínica geral. Os centros locais apresentados na pesquisa correspondiam as pequenas cidades em outros estudos.

Ao tratar de estudos sobre rede urbana, faz-se necessário mencionar a contribuição de Roberto Lobato Corrêa. Nos trabalhos comentados as seguir, é possível constatar essa afirmativa. Corrêa (1999) mostra como a partir da segunda metade do século XX a rede urbana sofreu impacto da globalização, sobretudo, em seus escalões inferiores, partindo de duas evidências brasileiras, na verdade pode-se falar mesmo de uma reestruturação da rede urbana. Pois, com o evento supracitado, cada centro por menor que seja, participa de um, ou mais circuitos espaciais de produção, independente da condição, quer dizer, consumo, distribuição de bens, serviços, informação que é o grande trunfo das grandes corporações, da rede financeira que está articulada globalmente.

---

<sup>8</sup> A influência de Rochefort nos estudos sobre hierarquia e área de atuação das cidades foi fundamental, especialmente entre os geógrafos do IBGE, onde o referido geógrafo foi consultor nos primeiros anos da década de 60 (CORRÊA, 1994, 329).

Porém, um estudo mais amíu de a respeito das pequenas cidades e, caracterizado pela natureza teórica, foi desenvolvido pelo autor (2007) no qual destaca que até um passado recente, quando sofreram o rebatimento das transformações verificadas no país, tais cidades desempenharam papel crucial na vida econômica, política e social de suas pequenas hinterlândias. Vale destacar que esse processo está fortemente associado ao advento da mecanização do campo e a conseqüente intensificação da urbanização que se fizeram refletir nessas cidades redefinindo assim, o seu papel.

Caminhado nessa direção Corrêa (2007) aponta cinco padrões funcionais de pequenas cidades que acredita serem uma característica dos três primeiros decênios do século atual: (1) – prósperos lugares centrais ocorrendo em áreas submetidas à industrialização do campo; (2) – pequenos centros funcionalmente especializados, produzindo tecidos, confecções, calçados, cerâmica, papel, móveis, equipamento para as atividades agrárias, tapetes, entre outros bens; (3) – pequenas cidades transformadas em subúrbios-dormitório; (4) – focos de concentração de trabalhadores agrícolas e, (5) – núcleos dependentes de recursos externos.

## **MILTON SANTOS E AS CIDADES LOCAIS**

O texto *As Cidades Locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina*<sup>9</sup>, de Milton Santos constitui um marco na Geografia Urbana brasileira, por ser a primeira produção *concreta* que buscou compreender o novo quadro das cidades que se encontram na base da rede urbana. Esse ensaio de sete páginas é considerado por muitos como o ponto de partida para a compreensão das novas relações entre as cidades que antes do segundo pós-guerra estavam fadadas a *si mesmas*<sup>10</sup>.

Nas últimas duas décadas, Estudantes e Professores de Geografia de diversas regiões país, desenvolveram inúmeras pesquisas, artigos, monografias, dissertações e

---

<sup>9</sup> Texto apresentado durante a Reunião Anual da Canadian Association of Latin American Studies, realizada em Montreal, Quebec (01 de junho de 1972) e publicado no livro Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>10</sup> O termo utilizado se refere às relações de subordinação e até de isolamento, já que a pequena cidade que viveu durante a rede urbana tradicional, piramidal e militar, é diferente da cidade que consegue se comunicar com o mundo sem um interlocutor.

teses, empregando o termo cidade local. Entretanto, foi possível observar que a maior parte desses trabalhos, fazem análises equivocadas<sup>11</sup>. Desse modo, buscar-se-á aludir no decorrer desse texto alguns questionamentos que já pertenceram-nos, como: *O que é de fato a cidade local? E a pequena cidade?*

A título de contextualização, vale destacar que possivelmente uma das maiores contribuições de Milton Santos para os estudos urbanos trata-se do livro *L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*, publicado em 1975, onde ao analisar as cidades do Terceiro Mundo, propõe uma classificação com base na capacidade de organização do espaço pela cidade, e reafirma a tipologia em questão, como *cidade local*, que na sua proposta vem após as *cidades regionais*, que por sua vez são antecedidas pelas *metrópoles incompletas e completas*.

Para Santos (2004, p. 332), a terminologia<sup>12</sup> como cidade primacial, cidades médias, cidades pequenas só pode ser aplicada quando se considera um país como uma unidade isolada. E, ainda assim, esta análise não faria sentido, uma vez que os países mantêm relações, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, mormente, a partir da segunda metade do século XX quando a globalização afetou todas as redes geográficas com os ditames da ciência, da técnica e, sobretudo, com a ciência da informação, nas mais diversas escalas. Assim, a rede urbana torna-se o exemplo mais nítido.

Com efeito, Santos (1988, p. 49) deixa claro que o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global, possibilitando que até mesmo o escalão inferior da rede urbana possa participar de um ou mais circuitos espaciais de produção. Portanto, analisar o fenômeno urbano seja numa perspectiva quantitativa, seja do ponto rigorosamente funcional, consiste em ignorar a autonomia em termos de produção e consumo que as cidades locais assumiram. Ora,

---

<sup>11</sup> Não cabe neste ensaio fazer apontamentos, citar nomes, pois, o mesmo tem como objetivo elucidar alguns “conceitos” ou “noções”, que vêm sendo distorcidas frequentemente.

<sup>12</sup> Segundo Santos (2004, p. 332) as terminologias já citadas perdem todo o valor comparativo quando se procura definir e classificar o fenômeno urbano além do quadro estritamente nacional, e por isso, preferiu aplicar as novas terminologias: metrópole, cidade intermediária e cidade local, pois, são muito mais qualitativas do que quantitativas.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 2005, p. 56).

Retomando as questões iniciais a propósito da *cidade local*, de acordo com Santos, (1982, pp.104-105) a definição que corresponde ao espírito do nosso estudo tem por fundamento um critério funcional: assim, esta definição abrange organismos de tamanhos diversos, fornecedores de diferentes serviços conforme a época e o lugar onde se situam. Logo, as necessidades elementares representam noções que evoluem com o progresso econômico e a idéia de bem-estar.

Desse modo, continuar a estudar a investigar os organismos urbanos ancorado em terminologias descompassadas, significa ainda regredir seis decênios, pois de acordo com Santos (1982, p. 104), antes de 1950 as pequenas e médias cidades dos países do Terceiro Mundo, dependiam estreitamente de atividades que lhe eram exteriores, vivendo em função das atividades de importação e exportação. Trilhando nessa perspectiva, observa-se um rompimento com a antiga noção de rede urbana e o estudo do *mais pequeno* torna-se mais complexo e, para entendê-lo, se faz necessário recorrer a função das condições da organização do espaço no atual momento tecnológico.

Ora, lembra Santos (2008, p. 126), que a partir do sistema urbano preexistente, as superposições verificadas trouxeram mudanças quanto à forma, ao tipo e à intensidade das relações, criando um novo espaço e um novo sistema urbano redefinidos. No caso brasileiro, com a modernização tecnológica, houve uma melhoria das comunicações internas do país, que resultou na difusão de novos modelos de consumo, ou seja, mudanças na produção e no perfil da demanda.

Mediante essa realidade, Santos (1979, p.72) destaca que o fenômeno da cidade local é concomitante às transformações do modelo de consumo materiais e não materiais do mundo e, por conseguinte, um fenômeno geral e recente no Terceiro Mundo. Ainda para o autor, as cidades locais nascem ou se desenvolvem como uma resposta a novas necessidades, principalmente no domínio do consumo. Geram demandas e passam a se prover de serviços públicos, comércio e serviços, capital, informações, saúde, educação, esperanças, entre outros.

Perante o contexto apresentado, *cidade local* parece ser o termo mais adequado para analisar as cidades que se encontram na base da rede urbana terceiro-mundista e brasileira, por conseguinte, no período histórico atual. E, com ela, a teoria miltoniana, na qual essas cidades não são “corpos estranhos” dentro da rede urbana como em momentos precedentes. Mas, devem, sobretudo, ser entendidas a partir das relações estabelecidas no espaço, que “é organizado por um jogo dialético, visto como forças de concentração e dispersão, sendo esta última, beneficiária às cidades locais que são marcadas pela difusão generalizada da informação e do consumo” (Santos, 1979, p. 74).

## **ULTIMANDO ESTA REFLEXÃO**

O ensaio se constituiu em uma tentativa de mostrar o descompasso, no emprego de termos na Geografia Urbana, desse modo, foi necessário recorrer a trabalhos pioneiros da geografia brasileira. Destarte, comprovar que mesmo diante das mudanças no mundo, alguns geógrafos continuam estáticos. Contudo, a preocupação com o uso do termo adequado, está longe de ser uma discussão semântica em seu estado puro, mas resultado de reflexão de Geógrafos como Milton Santos. As terminologias empregadas na classificação proposta pelo autor, não foram mudadas por acaso, na verdade, esses termos empregados, são metáforas que são colocadas para registrar uma dada descoberta. Conforme Santos (1988, p. 53) o desenvolvimento teórico e metodológico nos ensina o que deixa de ter valor teórico e metodológico, e nos leva a substituir as categorias tradicionais por categorias atuais, isto é, do presente.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, M. A. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação. In. CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. pp. 199-322.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota Sobre as Pequenas Cidades. In: **Território**. Ano IV, n. 6, (jan./jun., 1999) – Rio de Janeiro: Garamond, 1999. pp. 43-52.

\_\_\_\_\_. Perspectivas da Urbanização Brasileira – uma visão geográfica para o futuro. **X Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Florianópolis, 2007.

MONBEIG, P. O Estudo Geográfico das Cidades. In: **Boletim Geográfico**. Ano I, n. 7, (out., 1943) – Rio de Janeiro: IBGE, 1943. pp. 7-29.

PRADO JÚNIOR. O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. In: **Boletim Geográfico**. Ano III, n. 31, (out., 1945) – Rio de Janeiro: IBGE, 1945. pp. 920-931.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. Responsabilidade Social do Geógrafo. In: **Boletim Recifense de Geografia**. Ano I, n. 1, (jan. / mar., 1980) – Recife: AGB, 1980. pp. 5-14.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Tradução de Antonia Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva; revisão de José Fernandes Dias. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, W. **Cidades Locais, Contexto Regional e Urbanização no Período Técnico-Científico**: o exemplo da região de Campinas – SP. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 1989.